



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 29/XII/ 4.ª SL

Aos 7 dias do mês de janeiro de 2015, pelas 10 horas e 20 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

- 1. Distribuição de iniciativas legislativas;**
- 2. Distribuição de iniciativas europeias;**
- 3. Nomeação de relator para o pedido de parecer da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública (COFAP) sobre a Conta Geral do Estado de 2013, nos termos do disposto nos artigos 205.º e 206.º do Regimento da Assembleia da República;**
- 4. Apreciação e votação do parecer solicitado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública (COFAP), no âmbito da apreciação na especialidade da proposta de lei n.º 259/XII/4.ª (GOV) – Procede à nona alteração à Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto;**

Relator - Deputado Carlos Abreu Amorim (PSD)

- 5. Discussão e votação na especialidade da proposta de lei n.º 263/XII/4.ª (GOV) - Procede à vigésima primeira alteração ao Código de Processo Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 78/87, de 17 de fevereiro, à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 299/99, de 4 de agosto, e à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 317/94, de 24 de dezembro;**
- 6. Fixação de redações finais, nos termos do artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, designadamente:**
 - Texto que procede à «Sétima alteração à Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 267/80, de 8 de agosto, alterado pelas Leis n.ºs 28/82, de 15 de novembro, e 72/93, de 30 de novembro, e pelas Leis Orgânicas n.ºs 2/2000, de 14 de julho, 2/2001, de 25 de agosto, 5/2006, de 31 de agosto, e 2/2012, de 14 de junho» [proposta de lei n.º 165/XII/2.ª (ALRAA)];**
 - Texto que «Procede à primeira alteração da Lei n.º 14/2008, de 12 de março, que proíbe e sanciona a discriminação em função do sexo no acesso a bens e serviços e seu fornecimento» [projeto de lei n.º 682/XII/4.ª (PSD e CDS-PP)];**

- 7 Apreciação e votação de relatórios sobre iniciativas europeias;**

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 29/XII/ 4.ª SL

- 8** Apreciação e votação de relatórios finais de petições;
- 9** Apreciação e votação das atas n.ºs 21 a 28/XII/4.ª, correspondentes às reuniões de 3 a 19 de dezembro de 2014;
- 10** Outros Assuntos.

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Fernando Negrão, e não havendo iniciativas legislativas a distribuir, passou-se à distribuição da seguinte iniciativa europeia:

Título do Documento	Deputado Relator	Data-limite de envio à CAE:
<i>RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO - Sexto relatório semestral sobre o funcionamento do Espaço Schengen - 1 de maio - 31 de outubro de 2014 [COM(2014)711].</i> <i>Obs: a presente iniciativa foi também distribuída à 2.ªCNECP</i>	Deputada Teresa Anjinho (CDS-PP)	NA

Seguidamente, o Senhor Deputado António Gameiro (PS) foi nomeado relator do parecer solicitado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública sobre a [Conta Geral do Estado de 2013](#), em cumprimento do disposto nos artigos 205.º e 206.º do Regimento da Assembleia da República. O parecer em causa deverá ser enviado à COFAP até ao dia 31 de janeiro de 2015.

No quarto ponto da ordem do dia, foi apreciado o parecer solicitado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, no âmbito da apreciação na especialidade da [proposta de lei n.º 259/XII/4.ª \(GOV\)](#) - Proceda à nona alteração à Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, que foi apresentado pelo respetivo relator, Senhor Deputado Carlos Abreu Amorim (PSD), que referiu que, muito embora esteja em causa matéria relativa à organização e funcionamento de um tribunal e, por isso, matéria que se enquadraria no âmbito da competência material da 1.ª Comissão, nem sempre esta Comissão participou nas alterações à Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas. Após um breve debate, em que intervieram os Senhores Deputados António Gameiro (PS), António



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 29/XII/ 4.^a SL

Filipe (PCP) e a Senhora Deputada Teresa Anjinho, que manifestaram a sua concordância com o parecer e viram como muito positiva a participação da 1.^a Comissão nesse processo legislativo. No final, o parecer, nas suas partes I e III, foi aprovado por unanimidade, na ausência do BE e do PEV.

No ponto seguinte da ordem do dia, procedeu-se ao adiamento da discussão e votação, na especialidade, da [proposta de lei n.º 263/XII/4.^a \(GOV\)](#) - Procede à vigésima primeira alteração ao Código de Processo Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 78/87, de 17 de fevereiro, à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 299/99, de 4 de agosto, e à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 317/94, de 24 de dezembro, com a concordância de todos os grupos parlamentares presentes, com fundamento na falta dos pareceres solicitados à Ordem dos Advogados e ao Conselho Superior do Ministério Público sobre a matéria em discussão.

No sexto ponto da ordem do dia, procedeu-se à fixação da redação final do texto que procede à «Sétima alteração à Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 267/80, de 8 de agosto, alterado pelas Leis n.ºs 28/82, de 15 de novembro, e 72/93, de 30 de novembro, e pelas Leis Orgânicas n.ºs 2/2000, de 14 de julho, 2/2001, de 25 de agosto, 5/2006, de 31 de agosto, e 2/2012, de 14 de junho» [\[proposta de lei n.º 165/XII/2.^a \(ALRAA\)\]](#), tendo sido cumprido o disposto no artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, com aceitação, por unanimidade, na ausência do BE e do PEV, da sugestão de redação constante da Informação n.º 165/DAPLEN/2014.

Procedeu-se, ainda, à fixação da redação final do texto que «Procede à primeira alteração da Lei n.º 14/2008, de 12 de março, que proíbe e sanciona a discriminação em função do sexo no acesso a bens e serviços e seu fornecimento» [\[projeto de lei n.º 682/XII/4.^a \(PSD e CDS-PP\)\]](#), tendo sido cumprido o disposto no artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, com aceitação, por unanimidade, na ausência do BE e do PEV, da sugestão de redação constante da Informação n.º 166/DAPLEN/2014.

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 29/XII/ 4.^a SL

Não havendo lugar à apreciação e votação de relatórios sobre iniciativas europeias nem de relatórios finais de petições, o Senhor Presidente colocou à votação as atas n.ºs 21 a 28/XII/4.^a, correspondentes às reuniões de 3 a 19 de dezembro de 2014, que foram aprovadas por unanimidade, na ausência do BE e do PEV.

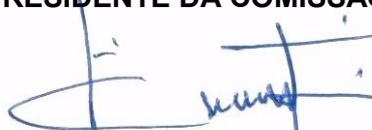
No ponto reservado a outros assuntos, o Senhor Presidente referiu a intenção de agendar, para a reunião seguinte, a discussão e votação do projeto de lei n.º 259/XII/1.^a (PCP) – Estabelece o regime jurídico e o estatuto profissional da atividade de guarda-noturno, uma vez que os pareceres solicitados à ANAFRE e à ANMP já foram distribuídos aos grupos parlamentares, tendo os Senhores Deputados António Filipe (PCP) e Paulo Simões Ribeiro (PSD) solicitado que tal discussão pudesse ter lugar até ao final do presente mês de janeiro, a fim de poderem ser apresentadas propostas de alteração.

Mais informou o Senhor Presidente que, no dia 21 de janeiro de 2015, pelas 12 horas, a solicitação do Instituto Internacional de Imprensa (IPI – *International Press Institute*), a Comissão reuniria com uma delegação desse Instituto, e, ainda, no dia 29 de janeiro de 2015, pelas 14 horas e 15 minutos, com a Relatora Especial das Nações Unidas para a independência dos Juizes e Advogados, Gabriela Knaul, uma vez que a Relatora Especial manifestara especificamente interesse em reunir-se com a 1.^a Comissão.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 10 horas e 45 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 7 de janeiro de 2015

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,



(Fernando Negrão)

Nota: aprovada a 11-02-2015



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 29/XII/ 4.^a SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto
António Filipe
António Gameiro
Carlos Peixoto
Cecília Honório
Fernando Negrão
Filipe Neto Brandão
Francisca Almeida
Hugo Lopes Soares
Hugo Velosa
Isabel Alves Moreira
João Lobo
Jorge Lação
José Magalhães
Luís Pita Ameixa
Maria Paula Cardoso
Paulo Simões Ribeiro
Teresa Anjinho
Teresa Leal Coelho
Carlos Abreu Amorim

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

José Luís Ferreira
Paulo Rios de Oliveira
Telmo Correia

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Oneto